



71ª Sessão Ordinária

São Paulo, 24 de setembro de 2025.

Pronunciamento do **Celso Giannazzi**

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – (Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela Rede Câmara SP, boa tarde. Venho a esta tribuna hoje para falar de dois assuntos, muito rapidamente. Primeiro, sobre a notícia de que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado enterra a PEC da Blindagem, ou o PEC da Bandidagem, por unanimidade.

É muito importante essa atuação do Senado Federal para que parlamentares, ou não parlamentares, presidentes de partidos, não fiquem blindados. A PEC da Bandidagem, como vulgarmente foi considerada pela opinião popular, é um absurdo completo que foi aprovado na Câmara dos Deputados. E, finalmente, graças ao grande apelo popular, à mobilização popular de toda a sociedade brasileira de sair nas ruas no final de semana, o Senado enterrou esse absurdo completo. E agora caminhamos também para enterrar o PL da anistia, que também é outra aberração.

Dito isso, Sr. Presidente, venho fazer novamente um apelo ao Prefeito Ricardo Nunes, à Secretaria Municipal de Educação, sobre três assuntos importantes. O primeiro diz respeito à educação infantil. Estamos assistindo a uma verdadeira ação, eu diria quase que criminosa, porque em várias regiões da cidade de São Paulo estamos acompanhando o fechamento de salas, de turmas, na educação infantil dos CEUs, com o argumento de que não há demanda e ofertando a que existe para a rede conveniada na cidade de São Paulo, quando temos recurso público, equipamento público no CEU para fazer toda essa demanda



da rede indireta chegar na rede direta. E estamos vendo um movimento contrário. É um absurdo, Sr. Presidente. Isso é um absurdo completo.

Nós, do coletivo Educação em Primeiro Lugar, estamos oficiando o Ministério Público, o Grupo de Atuação Especial de Educação – GEDUC, para parar essa situação, impedir que o Prefeito Ricardo Nunes prossiga com isso. Queremos uma rede direta de atendimento às nossas crianças, aos nossos bebês, com equipamento, com estrutura, com parquinho, com espaço para as crianças poderem brincar, o que a rede conveniada não tem.

Infelizmente, na rede conveniada, os professores são precarizados, não têm a jornada de formação, e a estrutura não permite que as nossas crianças tenham a melhor educação pública de qualidade. Então, queremos que isso seja atendido pela rede direta, e não que haja o fechamento dessas salas argumentando, com a cara de pau, que não há demanda.

É inadmissível falar que não há demanda de educação infantil na cidade de São Paulo. Não há para a rede direta, mas sim para a rede indireta? Então, Sr. Presidente, venho para cobrar este posicionamento: a reversão dessa política do Prefeito Ricardo Nunes.

Fizemos reunião da Comissão de Educação da Câmara Municipal e faço um apelo novamente, nesta tribuna, para a convocação imediata dos professores de educação infantil, de PEI, dos Auxiliares Técnicos de Educação, os ATEs, concurso realizado por conta do déficit nas escolas municipais.

Há mais de mil aprovados esperando serem nomeados no concurso de PEI e ATE. E, na verdade, estamos com um déficit de quase 8 mil Auxiliares Técnicos de Educação, porque as escolas estão sem os seus módulos, com déficit gigante, e as crianças são prejudicadas porque ficam em salas superlotadas já que unem salas com um professor só,



dispensam alunos quando não têm professor por conta do déficit desses profissionais. E temos o concurso público realizado. O recurso público está lá.

Eu acompanho o orçamento da cidade de São Paulo. No Tesouro, temos mais de 90 milhões de recursos destinados à educação, que não podem ser utilizados senão para a educação. Então, há o déficit, há o concurso público aprovado e há o recurso público. Falta vontade política, Sr. Presidente.

Eu venho pedir a V.Exa. que pressionemos, façamos esse apelo ao Prefeito Ricardo Nunes para a convocação imediata dos aprovados do concurso de PEI e de ATE.

Por fim, Sr. Presidente, o outro apelo é para que tenhamos a manutenção das salas da EJA – Educação de Jovens e Adultos, nas mais variadas modalidades – EJA Modular, EJA Regular, o CIEJA, o MOVA –, para que os nossos jovens, nossos adultos e nossos idosos que querem voltar a estudar possam ter esse direito. Aliás, esse é um direito constitucional; está consignado na Constituição Federal, na LDB, o acesso à educação para essas pessoas que não tiveram a oportunidade de, na idade correta, estudar, e querem voltar a estudar. E há milhares de pessoas nessa situação na cidade de São Paulo. Agora, a Prefeitura de São Paulo, com o projeto de fechamento das salas de EJA, não vai permitir que essas pessoas em situação de analfabetismo que querem resgatar a sua dignidade, que querem ter o acesso à educação, possam frequentar a sala de aula na cidade de São Paulo.

Temos milhares de pessoas nessa situação, e, por isso, este é meu apelo, Sr. Presidente, para que o Prefeito Ricardo Nunes faça a manutenção dessas salas de EJA em todas as suas modalidades.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria que a transcrição deste meu pronunciamento fosse encaminhada ao Prefeito Ricardo Nunes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.